

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 547.877 - SP (2019/0353451-7)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : FAGNER DE FREITAS LIMA  
**ADVOGADO** : FAGNER DE FREITAS LIMA - SP423027  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : J R DO N  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## EMENTA

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. LITISPENDÊNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.*

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de J. R. DO N. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos da APC n.º 0097190-61.2010.8.26.0050.

Narra a Parte Impetrante, em confusa petição, que o Paciente teria sido denunciado pela "*suposta prática do tipo penal descrito no artigo 213, em combinação com o art. 224, 'a', e art. 225, § 1.º e § 2.º, todos do Código Penal, antes da vigência da Lei 12.015/09*"; e que o Magistrado sentenciante julgou procedente a ação penal, condenando o Acusado "*a uma pena-base de 6 (seis) anos de reclusão, citando os bons antecedentes e as circunstâncias atenuantes, concedendo-lhe o direito de apelar em liberdade*" (fls. 05-06).

Aduz que, inconformados, Defesa e Ministério Público interpuuseram apelação na Corte de origem, que negou provimento ao recurso defensivo e proveu o apelo ministerial para "*majorar a pena do apelante em 10 (dez) anos e 6 (seis) meses, em regime inicial fechado*" (fl. 06).

Afirma que "*o presidente da Seção de Direito Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento ao recurso [especial] para o Superior Tribunal de Justiça*" (fl. 06).

Alega, em suma: (i) ser "*equivocada e desprovida de embasamento a*

# Superior Tribunal de Justiça

*declaração de pobreza da suposta vítima" (fl. 10); e que "nos casos de vítima pobre dos crimes sexuais, a iniciativa deveria ser privada, promovida por 'Queixa-crime' e representada por defensor público nos termos da lei" (fl. 18); (ii) ocorrer "nulidade processual pela falta do laudo pericial requisitado pelo Ministério Público" (fl. 20); (iii) ser ilegal a prisão "decorrente ou não de sentença penal condenatória, que ainda não tenha transitado em julgado" (fl. 27); (iv) que o Paciente possuiria as condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória; e (v) que "não há que se falar em estupro, tendo em vista que não houve conjunção carnal sendo os fatos narrados pela suposta vítima mentirosos e sem base técnica-pericial" (fl. 43).*

Requer, em medida liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória; *"a anulação ab initio da ação penal, por vício de representação, uma vez que cabe à Defensoria Pública a defesa dos interesses de vítima pobre, nos casos de iniciativa privada"; "a cassação da sentença proferida pelo juiz de 1.ª instância, bem como sua confirmação e majoração de 2.ª instância" (fl. 58).*

É o relatório. Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante **não acostou aos autos cópia integral** de peças processuais que comprovem o alegado na inicial – no caso, **da íntegra da denúncia, do decreto prisional, da sentença condenatória e do acórdão impugnado**, juntou, tão somente, cópia da decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto –, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora

